

Contratação

3. Adjudicação ao procedimento CPI/04/24/DCP - Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga.

Submete-se à aprovação do Executivo Municipal a proposta de adjudicação ao procedimento CPI/04/24/DCP - Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga, constante no ponto 5º da informação já previamente validadas pelo Sr. Presidente da Câmara, em 15 de maio de 2024 nos termos do disposto no nº 3, do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 47611

Data: 15/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Adjudicação procedimento CPI/04/24/DCP - Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga

PROPOSTA:

Submete-se à aprovação do Executivo Municipal a proposta constantes no ponto 5º da informação de proposta de adjudicação, já previamente validadas pelo Sr. Presidente da Câmara, em 15 de maio de 2024 nos termos do disposto no nº 3, do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro

O (a) Chefe de Divisão

Anexos:

1. Proposta de adjudicação e aprovação da minuta do contrato;
2. Minuta contrato;
3. Relatório final
4. Relatório preliminar

Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para adjudicação de serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba pertence ao Órgão Executivo.

Propõe-se a aprovação das propostas constantes da presente informação.

A assunção de encargos plurianuais está autorizada pela Assembleia Municipal (sessão 15 de dezembro de 2023), tendo sido a respetiva GOP aprovada na mesma sessão

A chefe da DCP,

(Leila Camacho)

____/____/____

Despacho

Com fundamento na presente informação concordo com as propostas constantes do ponto 5.º da presente informação.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, deve a decisão de adjudicação e aprovação da minuta, ser submetida a aprovação do órgão executivo, na sua próxima reunião.

O Presidente da Câmara,

(Ricardo Rio)

____/____/____

1. Informação

Data

15/05/2024

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPI/04/24/DCP	1.107.705,36	950.145,51	30/06/2026
Objeto	Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga		
CPV	90910000-9 - Serviços de Limpeza		

3. Projeção Plurianual dos Compromissos (valores s/IVA)

Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Seg.s	TOTAL
237.536,38€	475.072,76€	237.536,38€	-	-	950.145,51€

4. Compromissos Plurianuais

Considerando o disposto no artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, mormente a alínea a) do nº1 do artigo 22º, segundo o qual está autorizada a assunção de compromissos relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens (...) desde que resultem de planos ou programas legalmente aprovados.

Nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21/02, que aprovou as regras para a assunção de compromissos e os pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal (AM).

Por outro lado, e de acordo com o artigo 12.º do DL 127/2012, de 21.06 a projeção plurianual da despesa pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP's).

No caso presente, constata-se que os encargos plurianuais previstos estão devidamente autorizados na respetiva GOP (12 190 2024/50 Ac.6 Serviços de higiene e limpeza) pelo Órgão Executivo e pelo Órgão Deliberativo, conforme o que se encontra disposto no nº1 do artigo 28º - Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para os anos de 2024 e seguintes, 15 de dezembro de 2023 (Órgão Deliberativo).

5. Propostas de aprovação

- a) Decisão de adjudicação (76.º);
- b) Redução do contrato a escrito (94.º);
- c) Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º);
- d) Relatório Final (124º).

6. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.



A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

7. Abertura do procedimento

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 15 de março de 2024, ratificada em reunião de câmara de 29 de abril, foi autorizada a abertura do procedimento.

8. Apresentação de propostas

No dia 19 de abril de 2024, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

✓	A publicação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica foi realizada por Leila Camacho em 2024-04-19 12:17:38 , tendo-lhe sido associado um selo temporal.  A disponibilização das propostas aos concorrentes foi realizada em 2024-04-30 11:21:16 , tendo-lhe sido associado um selo temporal. 
502771496	- OPERANDUS-Limpeza Profissional, Lda
517640112	- TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPessoal LDA
503307483	- PreZero Portugal, S.A.
509418627	- Fine Facility Services, Lda
516358863	- Foamy Sparkle Lavanda Prismática A.O.E.
502117281	- IBERLIM - HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A.
502629428	- Euromex - Facility Services, Lda
504458086	- Sá Limpa - Facility Services, Lda
504613529	- Aveiclean-Limpeza e Conservação Lda
506278522	- FERLIMPA 2 - Limpezas Gerais e Manutenção, Lda
510081983	- Vislisa Unipessoal Lda
504669451	- DERICHEBOURG FACILITY SERVICES, S.A.
502611057	- Interlimpe - Facility services, SA
517143550	- LF Facility Services
516510657	- Lucena & Lucena, Lda
504839748	- SAMSIC PORTUGAL - FACILITY SERVICES, S.A.

9. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 30 de abril de 2024, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia no mesmo dia pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

Apenas houve uma comunicação identificando um lapso no relatório preliminar, que se transcreve: “Após rápida análise do Relatório Preliminar, submetido há pouco, a partir do ponto 7. do mesmo documento a n/ entidade LF Facility Services, lda; deixou de estar referida no relatório, sendo que cumpre todos os requisitos no ponto 6.”

Após análise à comunicação e constatando-se que a entidade Ferlimoa 2 - Limpezas Gerais e manutenção, Lda estava mencionada em duplicado na parte final do ponto 6 e a partir desse ponto, o relatório preliminar foi corrigido e reenviado, não tendo havido qualquer pronuncia.

10. Proposta de adjudicação do júri

De acordo com o **relatório final**, de 16 de maio de 2024, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação da proposta à empresa Euromex - Facility Services, Lda.

11. Caução

- a) O adjudicatário será notificado da adjudicação, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 90.º do CCP.

- b) A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 3%, nos termos do artigo 89.º, n.º1, do CCP, do preço total do contrato.
- c) Poderá ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;
- d) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa de Concurso, que dele fazem parte integrante.
- e) A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.
- f) Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

12. Redução do Contrato a escrito

12.1. Exigível

Fundamentação de Direito	De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, “quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o preço contratual é de 950.145,51€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

12.2. Prazo de Suspensão

12.2.1. Aplicável

Fundamentação de Direito	De acordo com o n.º 2 do artigo 104º, o prazo de 10 dias de suspensão para a outorga do contrato, decorridos data da notificação de adjudicação a todos os concorrentes e a outorga, não é aplicável quando: <ul style="list-style-type: none"> a) O contrato tenha sido celebrado ao abrigo de um procedimento de ajuste direto ou de consulta prévia ou, nos demais procedimentos, quando o anúncio não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);
---------------------------------	---

	<p>b) Se trate da celebração ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;</p> <p>c) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.</p>
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o procedimento foi publicado no JOUE, pelo que o prazo de suspensão é aplicável.

13. Outorga do Contrato

Nos termos do n.º 5 do art.º 106.º do referido diploma compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de competência própria, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a representação do Município de Braga na outorga do contrato.

14. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto no art.º 81º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº 30 do programa de concurso **(5 dias após a notificação da adjudicação)**.

15. Anexos

- a) Relatório Final;
- b) Minuta de Contrato.

16. Assinatura

O Gestor do Procedimento

MINUTA DE CONTRATO N.º CPI/04/24/DCP**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

Entre:

_____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante. ____

_____ **Segundo: : Euromex – Facility Services, Lda**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 502 629 428/NIPC, sede na Estrada Nacional 107, n.º 3427 2.º Dto, 4455-495 Perafita, representada por Carla Alexandra do Nascimento Guimarães, como 2.º outorgante, na qualidade representante legal, com poderes para o ato, conforme procuração datada de e certidão permanente, com o código de acessoque se arquivam.

O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes:_____

_____ **1.ª** _____

_____ Este contrato tem por objeto a **Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga**, cuja adjudicação foi feita por deliberação da Câmara Municipal, de de de 2024, proferido aquando da aprovação da respetiva minuta, no uso de competência própria, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11.04.2011, e nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sequência do **Concurso Público com publicitação no JOUE - CPI/04/24/DCP**, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato._____

_____ **2.ª** _____

_____ Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do Rosa Canário_____.

_____ **3.ª** _____

_____ O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 24 contados a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia mas a sua execução só se inicia a 01/07/2024 ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, no montante total de 950.145,51€, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, e de acordo com a cláusula n.º 3 do caderno de encargos. _____

_____ **4.ª** _____

_____ Esta aquisição foi adjudicada pelo **preço contratual** de 950.145,51€ (**NOVECIENTOS E CINQUENTA MIL, CENTO E QUARENTA E CINCO EUROS E CINQUENTA E UM CÊNTIMOS**), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço a pagar mensalmente e de acordo com a cláusula n.º 5 do caderno de encargos. _____

_____ **5.ª** _____

_____ A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 04/020202 do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com as informações de cabimento e de compromisso n.º87704/_____ de 15 de março de 2024 e de _____, respetivamente e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme verba indicada na referida informação de compromisso, encontrando-se a respetiva repartição de encargos e assunção de compromisso autorizadas de acordo com o artigo 30.º das Normas Regulamentares à Execução do Orçamento de 2024, aprovadas em reunião de Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2023. _____

_____ **6.ª** _____

_____ Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

_____ **7.ª** _____

_____ Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de € **28.504,37** (cinte e oito mil, quinhentos e quatro euros e trinta e sete cêntimos), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes. _____

_____ **8.ª** _____

_____ O Segundo Outorgante obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os dossiers, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução deste Contrato, e que se refiram ao Primeiro Outorgante, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica, não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros. _____

_____ O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados. _____

_____ **9.ª** _____

_____ Em tudo o que não esteja integralmente transcrito no presente contrato considera-se parte integrante deste, as demais cláusulas do caderno de encargos, a proposta adjudicada, e demais informação conforme disposto no n.º 2 do art.º 96º do Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável. _____

_____E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, nº1 do Código dos Contratos Públicos.____

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

RELATÓRIO PRELIMINAR

elaborado nos termos do artigo 146.º do CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualizada

1. Referência do Procedimento

Concurso Público com publicidade internacional n.º CPI/04/24/DCP

2. Objeto

Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga.

3. Designação do Júri

Órgão competente: Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio

Data Despacho: 15/03/2024

Habilitação: Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4. Membros do Júri

Designados	Função			Participantes no Relatório
	Presidente	Membros		
		Efetivo	Suplente	
Rosa Canário	✓			✓
Miguel Caldas		✓		✓
Leila Camacho		✓		✓
Joana Sampaio			✓	
Helena Monteiro			✓	
Ana Costa			✓	
Cristina Laura Ferreira			✓	

5. Concorrentes que apresentaram proposta

Referência	Concorrente	Valor global	Data de receção
OR/122/24	OPERANDUS-Limpeza Profissional, Lda	1.390.000,00 euros	2024/04/08 11:19:10
2024_874	TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPessoal LDA	945.768,82 euros	2024/04/11 12:20:01
PZ_Braga	PreZero Portugal, S.A.	1.384.631,70 euros	2024/04/12 13:56:59
FFS_MUN_BRAGA_4_2024	Fine Facility Services, Lda	997.616,68 euros	2024/04/16 15:35:04
20240416_001_01_CS	Foamy Sparkle Lavanda Prismática A.C.E.	1.058.630,27 euros	2024/04/16 20:00:43
TVLS-CPN-CR-225/2024	IBERLIM - HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A.	1.063.325,17 euros	2024/04/17 09:42:55
114 COT.2024	Euromex - Facility Services, Lda	950.145,51 euros	2024/04/17 15:11:51
P 128.00.2024	Sá Limpa - Facility Services, Lda	954.613,33 euros	2024/04/17 15:47:35
19932/2024	Aveiclean-Limpeza e Conservação Lda	993.508,80 euros	2024/04/17 18:04:44
CMB_24	FERLIMPA 2 - Limpezas Gerais e Manutenção, Lda	1.012.280,59 euros	2024/04/18 09:03:14
OPI/4/2024/DCP	Vislisa Unipessoal Lda	1.019.935,03 euros	2024/04/18 11:55:44
DBG	DERICHEBOURG FACILITY SERVICES, S.A.	1.066.232.120.000,00 euros	2024/04/18 14:51:28
359/2024/AL	Interlimpe - Facility services, SA	1.103.120,83 euros	2024/04/18 18:16:09
LF_CS-BRAGA0424	LF Facility Services	1.042.583,06 euros	2024/04/18 19:32:37
OPI/4/2024/DCP	Lucena & Lucena, Lda	988.176,36 euros	2024/04/18 21:39:31
53/2024	SAMSIC PORTUGAL - FACILITY SERVICES, S.A.	44.328,22 euros	2024/04/18 22:38:54

6. Análise das propostas

Procedeu-se à abertura e respetiva apreciação das propostas apresentadas.

• Análise Formal – validação do programa de concurso/convite

Concorrente	Alínea a)	Alínea b) i)	Alínea b) ii)	Alínea c)	Assinatura na proposta por quem tem poderes para o efeito
OPERANDUS-Limpeza Profissional, Lda	Não Cumpr	Cumpr	Não Cumpr	Não Cumpr	SIM (DSign + certidão permanente e procuração)
TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPessoal LDA	Não Cumpr	Cumpr	Cumpr	Cumpr	SIM (Cartão de cidadão + certidão permanente e procuração)
PreZero Portugal, S.A.	Não Cumpr	Cumpr	Não Cumpr	Não Cumpr	SIM (DigitalSign Certificadora Digital)

Fine Facility Services, Lda	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (DigitalSign Certificadora Digital)
Foamy Sparkle Lavanda Prismática A.C.E.	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (DigitalSign Certificadora Digital)
IBERLIM - HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A.	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (DigitalSign Certificadora Digital + certidão permanente + procuração)
Euromex - Facility Services, Lda	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (DigitalSign Certificadora Digital + certidão permanente + procuração)
Sá Limpa - Facility Services, Lda	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (DigitalSign Certificadora Digital)
Aveiclean-Limpeza e Conservação Lda	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (DigitalSign Certificadora Digital + certidão permanente + procuração)

FERLIMPA 2 - Limpezas Gerais e Manutenção, Lda	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (DigitalSign Certificadora Digital + procuração)
Vislisa Unipessoal Lda	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (cartão de cidadão+ certidão permanente)
DERICHEBOURG FACILITY SERVICES, S.A.	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Não
Interlimpe - Facility services, SA	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (DigitalSign Certificadora Digital + certidão permanente)
LF Facility Services	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (DigitalSign Certificadora Digital GlobalTrust + certidão permanente)
Lucena & Lucena, Lda	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (cartão de cidadão + certidão permannete)
SAMSIC PORTUGAL - FACILITY SERVICES, S.A.	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	SIM (DigitalSign Certificadora Digital + certidão permanente)

- **Análise Material – validação do caderno de encargos**

Concorrentes	Propostas quanto ao seu Atributo (Preço - fator que densifica o nosso critério de adjudicação)	Propostas quanto aos restantes Termos e Condições	
	Preço base:1.107.705,36€	Prazo do contrato	Especificações Técnicas
OPERANDUS-Limpeza Profissional, Lda	1.390.000,00€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPessoal LDA	945.768,82€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
PreZero Portugal, S.A.	1.384.631,70€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
Fine Facility Services, Lda	997.616,68€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
Foamy Sparkle Lavanda Prismática A.C.E.	1 058 630,27€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
IBERLIM - HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A.	1.063.325,17€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
Euromex - Facility Services, Lda	950.145,51€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
Sá Limpa - Facility Services, Lda	954.613,33€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
Aveiclean-Limpeza e Conservação Lda	993.508,80€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
FERLIMPA 2 - Limpezas Gerais e Manutenção, Lda	1.012.280,59€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
Vislisa Unipessoal Lda	1.019.935,03€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
DERICHEBOURG FACILITY SERVICES, S.A.	1.066.232,12€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos

Interlimpe - Facility services, SA	1.103.120,83€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
LF Facility Services	1.042.583,06€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
Lucena & Lucena, Lda	988.176,36€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos
SAMSIC PORTUGAL - FACILITY SERVICES, S.A.	1.065.317,28€	24 meses	Aceitação do caderno de encargos

7. Supressão de irregularidades das propostas aos concorrentes nos termos do artigo 72º do CCP

No dia 19/04/2024 o Júri iniciou a análise das propostas e tendo verificado que para essa análise era necessário recorrer ao mecanismo previsto no artigo 72º do CCP, solicitou aos concorrentes os esclarecimentos necessários conforme consta da ata nºs 1 em anexo a este relatório preliminar, e que se encontram integradas no processo eletrónico.

8. Suprimento das irregularidades das propostas pelos Concorrentes

Na sequência da solicitação efetuada nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP, os concorrentes não responderam ao solicitado, nem entregaram nenhum documento de suporte ao pedido.

9. Análise das propostas: admissão e exclusão

Tendo as propostas sido analisadas, quanto ao seu **atributo** e aos seus **termos ou condições**, o Júri deliberou propor a seguinte proposta de admissão e exclusão, conforme o quadro seguinte e de acordo com a fundamentação subsequente.

Concorrente	Admitido	Excluído
OPERANDUS-Limpeza Profissional, Lda		✓
TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPessoal LDA		✓
PreZero Portugal, S.A.		✓
Fine Facility Services, Lda	✓	
Foamy Sparkle Lavanda Prismática A.C.E.	✓	
IBERLIM - HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A.	✓	

Euromex - Facility Services, Lda	✓	
Sá Limpa - Facility Services, Lda	✓	
Aveiclean-Limpeza e Conservação Lda	✓	
FERLIMPA 2 - Limpezas Gerais e Manutenção, Lda	✓	
Vislisa Unipessoal Lda	✓	
DERICHEBOURG FACILITY SERVICES, S.A.		✓
Interlimpe - Facility services, SA	✓	
LF Facility Services	✓	
Lucena & Lucena, Lda	✓	
SAMISIC PORTUGAL - FACILITY SERVICES, S.A.	✓	

10. Motivos de exclusão

Concorrente	OPERANDUS-LIMPEZA PROFISSIONAL, LDA E PREZERO PORTUGAL, S.A.
Fundamentação	
De direito	<p>Art.º 70.º, n.º 2, al. a) - Que desrespeitam manifestamente o objeto do contrato a celebrar, ou que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos, respetivamente, do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º;</p> <p>Art.º 70.º, n.º 2, al. d) - Que o preço contratual seria superior ao preço base, sem prejuízo do disposto no n.º 6;</p>
De facto	<p>Os concorrentes não apresentaram os documentos exigidos nas alíneas a), b)/ii) e c)</p> <p>Por outro lado, os preços das propostas apresentadas pelos concorrente referidos ultrapassam o preço base do procedimento, logo propõe-se a sua exclusão.</p>

Concorrente	TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPessoal LDA
Fundamentação	
De direito	<p>Art.º 70.º, n.º 2, al. a) - Que desrespeitam manifestamente o objeto do contrato a celebrar, ou que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos, respetivamente, do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º;</p> <p>Art.º 70.º, n.º 2, al. c) - A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;</p>
De facto	<p>No ato da análise das propostas, o Júri do procedimento verificou ser necessário recorrer ao suprimento de irregularidades no âmbito do art.º 72º do CCP, uma vez que o documento solicitado no ponto 1/a) do artigo 11.º do programa de concurso, o DEUCP, não estava totalmente visível, verificando-se que a parte III e IV não estavam disponíveis para análise.</p> <p>Foi solicitado o respetivo suprimento, não tendo o concorrente apresentado o documento completo. Neste sentido não é possível avaliar o documento, pelo que a proposta terá que ser excluída, para além de constituir uma contraordenação grave, nos termos o artigo 457.º do CCP.</p>

Concorrente	DERICHEBOURG FACILITY SERVICES, S.A.
Fundamentação	
De direito	<p>Art.º 146.º, n.º 2, al. I Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º;</p>
De facto	<p>Nos termos dos artigos 146º/2/I e 62º/1/4 do CCP o júri deve propor a exclusão de propostas quando estas não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP.</p> <p>Deste modo, a não submissão na plataforma eletrónica de um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, é sancionada com a exclusão da respetiva proposta.</p> <p>Efetivamente, nos termos do ponto 13 do programa de concurso:</p> <p>“2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos carregados na plataforma, mediante assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.</p> <p>Assim, verifica-se que o concorrente não apresentou o respetivo documento que comprova os poderes de representação, pelo que determina a sua exclusão.</p> <p>Em cumprimento da alínea c) do n.º 3 do art.º 72.º do CCP foi solicitado o suprimento da irregularidade, não tendo o concorrente apresentado a declaração de ratificação eletronicamente assinada ou a submissão dos documentos devidamente assinados de forma eletrónica.</p> <p>Neste sentido a proposta terá que ser excluída, para além de constituir uma contraordenação grave, nos termos o artigo 457.º do CCP.</p>

11.Ordenação das propostas

Sem mais elemento para analisar, o júri tendo em conta o critério de adjudicação consagrado no ponto 23 do Programa do Concurso, consubstanciado no critério Monfator, graduou as propostas da seguinte forma:

N.º	Concorrentes	Valor da Proposta s/IVA
1	Euromex - Facility Services, Lda	950 145,51 €
2	Sá Limpa - Facility Services, Lda	954 613,33 €
3	Lucena & Lucena, Lda	988 176,36 €
4	Aveiclean-Limpeza e Conservação Lda	993 508,80 €
5	Fine Facility Services, Lda	997 616,68 €
6	FERLIMPA 2 - Limpezas Gerais e Manutenção, Lda	1 012 280,59 €
7	Vislisa Unipessoal Lda	1 019 935,03 €
8	LF Facility Services	1 042 583,06 €
9	Foamy Sparkle Lavanda Prismática A.C.E.	1 058 630,27 €
10	IBERLIM - HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A.	1 063 325,17 €
11	SAMSIC PORTUGAL - FACILITY SERVICES, S.A.	1 065 317,28 €
12	Interlimpe - Facility services, SA	1 103 120,83 €

12.Audiência Prévia

Nos termos do artigo 147.º do CCP, aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e republicado no DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017, na sua redação atualizada, o júri delibera proceder à audiência prévia escrita dos concorrentes, fixando um prazo de **5 dias úteis**.

13.Deliberações tomadas por:

Unanimidade	Maioria
Todas	-

14.Justificação do voto contra

Não Aplicável

15.Assinatura

O júri,

RELATÓRIO FINAL

elaborado nos termos do artigo 148.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualizada

1. Referência do Procedimento

Concurso Público com publicidade internacional n.º CPI/04/24/DCP

2. Objeto

Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga.

3. Designação do Júri

Órgão competente: Câmara Municipal de Braga.

Data Despacho: 15/03/2024 pelo Sr. Presidente, ratificado em RC de 29/04/2024

Habilitação: Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4. Membros do Júri

Designados	Função			Participantes no Relatório
	Presidente	Membros		
		Efetivo	Suplente	
Rosa Canário	✓			✓
Miguel Caldas		✓		✓
Leila Camacho		✓		✓
Joana Sampaio			✓	
Helena Monteiro			✓	
Ana Costa			✓	
Cristina Laura Ferreira			✓	

5. Audiência prévia

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

Assim, nesta conformidade, o júri deliberou manter o teor, as conclusões e ordenação do relatório preliminar.

6. Proposta de adjudicação

Preço Base: 1.107.7054,36€

N.º	Concorrentes	Valor contratual s/IVA
1	Euromex - Facility Services, Lda	950 145,51 €

5. Deliberações tomadas por:

Unanimidade	Maioria
Todas	-

6. Justificação do voto contra

Não Aplicável

7. Anexos

- a. Relatório preliminar.

8. Data

13/05/2024

9. Assinatura

O júri,

